

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - A assessoria informa esta Presidência de que o deputado Orlando Morando não pode pedir verificação de presença, nem verificação de votação. Esta Presidência suspende os trabalhos por um minuto - mas já vou reabrir. Pode prosseguir com o encaminhamento.

O SR. CAUÊ MACRIS - PSDB - Sr. Presidente, solicito a suspensão dos trabalhos por cinco minutos, por conveniência da ordem.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - É regimental.

Sras. Deputadas, Srs. Deputados, diante da renovação do acordo, o PT tem direito à derrubada de mais um veto - vou mudar o comando deputado Orlando Morando - Os Srs. Deputados, e as Sras. Deputadas que forem favoráveis à manutenção do veto permaneçam como se encontrarm. (Pausa.)

O SR. ORLANDO MORANDO - PSDB - Sr. Presidente, eu estava encaminhando; eu não encerrei o encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Perdão deputado. Foi um pouco confuso o que aconteceu. Então, devolveo a palavra ao deputado Orlando Morando.

O SR. CAUÊ MACRIS - PSDB - Sr. Presidente, antes do deputado Orlando Morando continuar com o encaminhamento, solicito uma verificação de presença.

O SR. ORLANDO MORANDO - PSDB - Sr. Presidente, nós estamos ao vivo na TV Assembleia. Quero dizer que este parlamentar tem sido um grande defensor e mais do que isso um admirador do seu trabalho enquanto presidente. Porém, acho que cabe algumas correções para aperfeiçoar. Vossa Excelência aqui se posicionou, para que quem estiver nos assistindo interprete - dizendo que eu não posso fazer isso ou aquilo. Eu sei o que eu posso e o que eu não posso fazer. O líder do meu partido não se encontra no plenário, nem o vice-líder está presente. Eu jamais daria anuência em permitir a derrubada de um veto desse. É mais ou menos algo que fosse contrário à sua atividade de promotor de justiça e V. Exa. ficasse calado. Então, é importante ter ciência disso, porque a forma como V. Exa. cerceu a minha fala, dizendo que eu não poderia fazer tal coisa parece, inclusive, uma agressão. Mas do que isso, eu estou encaminhando e o senhor está presidindo a sessão, o senhor sequer percebeu que ainda estava encaminhando, e já estava dando o comando de votação.

Portanto, é bom presidir com mais serenidade. É óbvio que V. Exa. tem conduzido esta Casa de forma serena, e portanto tem o meu apoio.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Eu quero pedir desculpas a Vossa Excelência. Mas é que foram votados aqui 300 projetos. E havia um acordo, nesse projeto, para a derrubada do veto. Os deputados vieram aqui e conversaram conosco para mudar o comando. Por isso houve uma pequena confusão. Mas de maneira nenhuma eu iria desrespeitar um deputado como V. Exa., meu colega parlamentar, por quem tenho um grande respeito. E quero aqui, publicamente, pedir desculpas e devolver a palavra a Vossa Excelência.

O SR. ORLANDO MORANDO - PSDB - Sr. Presidente, naturalmente eu também consultei o meu líder, porque respeito hierarquia - até porque já fui líder - e ele me posicionou que esse veto não estava no acordo. Eu jamais quebraria um acordo. Mas esse veto específico não estava no acordo feito.

Então, eu faria um apelo, porque acabei destacando que a ideia do legislador é positiva. Trata-se de um colega com quem estive por três mandatos nesta Casa, que é o deputado Antonio Mentor. Se fosse possível, o próprio líder da bancada do PT poderia pedir a retirada do item da pauta. A intenção não é prejudicar, mas simplesmente aperfeiçoar. O projeto teve uma boa iniciativa, mas sua aplicabilidade pode se tornar um problema pelo qual todos nós seremos cobrados, e com razão, pelo comércio do nosso estado.

Na verdade, estou tentando não permitir que insistamos num erro; se há um erro, temos que corrigi-lo, e não dar-lhe voz ou transformá-lo em uma lei contra a qual seguramente haverá uma ação direta de inconstitucionalidade, derrubando-a. Faço esse apelo, se assim for o entendimento. O deputado Antonio Mentor não se encontra mais na Casa, mas a ideia é não prejudicar o comércio do nosso estado. Sr. Presidente, quero pedir a retirada, para não prejudicar a iniciativa do autor. Sr. Presidente, é possível ainda o líder pedir a retirada do item da pauta?

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Não é mais possível. Eu teria ainda quatro projetos para julgar os vetos e mantê-los. Ou mantemos o veto do projeto ou derrubamos a sessão, caso em que, na próxima extraordinária para apreciarmos os vetos, ele figuraria novamente. Temos que enfrentar a questão; vamos manter esse veto.

O SR. ORLANDO MORANDO - PSDB - Sr. Presidente, não vejo aqui o líder do meu partido; se V. Exa. pudesse convocá-lo. Não quero comprometer o governo nisso, mas alguém precisa pedir a verificação de votação. Teria que ser o líder do partido. Ou então o veto será mantido, caso em que também não há nenhum problema.

O SR. CAUÊ MACRIS - PSDB - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças partidárias com assento nesta Casa, solicito a suspensão dos trabalhos por dois minutos.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, tendo havido acordo entre as lideranças, a Presidência acolhe o solicitado pelo nobre deputado Cauê Macris e suspende a sessão por dois minutos.

Está suspensa a sessão.

\*\*\*

- Suspensa às 21 horas e 46 minutos, a sessão é reaberta às 21 horas e 49 minutos.

\*\*\*

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Devolveo a palavra ao nobre deputado Orlando Morando, para terminar o seu pronunciamento.

O SR. ORLANDO MORANDO - PSDB - Sr. Presidente, eu falava da preservação de direitos. Todos aqui temos uma grande preocupação com o consumidor, mas não queremos prejudicar aqueles que atendem o consumidor.

Faço este apelo, pelo entendimento para que essa matéria não seja apreciada nesta noite, que o veto não seja apreciado. Parece que caminhamos para um acordo.

O SR. GERALDO CRUZ - PT - Sr. Presidente, foram votados e mantidos hoje os vetos. A bancada do PT faz a declaração de voto contrário à manutenção dos vetos, porque são projetos de iniciativa dos deputados, e muitos deles bastante importantes. Faremos a declaração por escrito.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, solicito o levantamento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Foi pedido o levantamento da sessão, quando faltavam os PLS 319/2006, 18/2004, 1431/2007, 08/2008 e 550/2009.

O SR. JOÃO PAULO RILLO - PT - Sr. Presidente, com a permissão do meu líder, gostaria de complementar a fala dele. Vamos entregar a declaração de voto contrário à derrubada de projetos de autoria de ex-deputados do PT, bem como vamos apresentar também declaração de voto contra a derrubada de vetos de projetos em que nós concordávamos com o veto.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - É regimental.

Srs. Deputados, Sras. Deputadas, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, esta Presidência vai levantar a sessão. Antes, porém, lembra V. Exas. da sessão ordinária de amanhã, à hora regimental.

Está levantada a sessão.

\*\*\*

- Levanta-se a sessão às 21 horas e 51 minutos.

\*\*\*

## 3 DE JUNHO DE 2015

## 53ª SESSÃO ORDINÁRIA

<b>Presidente:</b> <b>ABELARDO CAMARINHA, JOOJI HATO e FERNANDO CAPEZ</b>
<b>Secretário:</b> <b>CORONEL TELHADA</b>

## RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE

1 - ABELARDO CAMARINHA

Assume a Presidência e abre a sessão. Convoça sessão solene a ser realizada no dia 26/06, às 10 horas, por determinação do presidente Fernando Capez, com a finalidade de "Homenagear o Corpo de Bombeiros", por solicitação do deputado Coronel Camilo.

2 - CORONEL TELHADA

Lê e comenta notícia, publicada pela Agência Brasil, a respeito do acréscimo na população carcerária, no País. Acrescenta que a informação não valoriza a atividade da Polícia e do Poder Judiciário. Reitera que há desmerecimento dos profissionais de Segurança Pública. Estabelece relação entre o trabalho policial e o exercício da cidadania.

3 - CARLOS GIANNAZI

Agradece a seus pares pela derrubada do veto ao PL 07/09, de sua autoria. Elogia o presidente Fernando Capez pela forma como tem conduzido este Parlamento. Defende a qualidade no ensino e na aprendizagem de crianças com necessidades especiais. Crítica o governador Geraldo Alckmin pelo veto ao referido projeto. Aduz que a promulgação da lei deve repercutir no Ministério da Educação.

4 - JOOJI HATO

Tece considerações sobre o assassinato do empresário Luiz Eduardo de Almeida Barreto, ocorrido na Avenida Berrini, na Capital. Lembra crime cometido na cidade de Itaquaquecetuba, cujo desfecho foi a morte de mulher, alvejada na cabeça. Lista eventos criminosos que assolam a sociedade. Tomada de medidas práticas, em prol da melhoria na qualidade de vida dos cidadãos, como o uso de câmeras de segurança em locais estratégicos. Menciona a blitz do desarmamento como relevante iniciativa no combate à marginalidade. Defende a ideologia "tolerância zero", adotada em Nova York.

5 - ED THOMAS

Anuncia a visita de David Santos, presidente da Câmara Municipal de Pirapozinho. Expressa gratidão ao deputado Ricardo Madalena, em razão de projeto para implantação de trem turístico, no Oeste Paulista. Considera que a iniciativa representa o resgate da história do transporte ferroviário, no Estado. Mostra-se satisfeito com a possibilidade de recuperação das estações ferroviárias, na região de Presidente Prudente.

6 - JOOJI HATO

Assume a Presidência.

7 - ABELARDO CAMARINHA

Versa sobre a redução da capacidade de consumo da população, em razão de medidas do governo federal. Lamenta manchete a informar empréstimos do BNDES a outras nações. Defende a instalação de CPI para averiguar eventuais irregularidades na Federação Paulista de Futebol. Crítica a realização de jogos de futebol às 22 horas. Menciona eventos de corrupção na Fifa.

8 - MARCOS MARTINS

Dá repercussão à greve de docentes estaduais e de servidores da CPTM. Evoca negativa do presidente da CPTM em agendar visita, com parlamentar, para tratar de assuntos de interesse da população. Revela preocupação com a escassez de água que acomete o estado de São Paulo. Atribui ao Governo do Estado a responsabilidade pela manutenção dos mananciais e das tubulações.

9 - ABELARDO CAMARINHA

Para comunicação, endossa o pronunciamento do deputado Marcos Martins. Afirma que qualquer deputado deve ser recepcionado onde quer que esteja a serviço da população.

10 - CORONEL CAMILO

Tece considerações históricas e funcionais acerca dos Consegs - Conselhos de Segurança Comunitária. Manifesta-se favoravelmente à "intolerância zero", no que concerne à criminalidade. Parabeniza dirigentes e colaboradores dos referidos conselhos, pelo trabalho voluntário em prol da Segurança Pública. Afirma acreditar na parceria entre o Poder Público e a sociedade.

11 - PRESIDENTE JOOJI HATO

Endossa o pronunciamento do deputado Coronel Camilo. Lembra que Michel Temer, vice-presidente da República, fora o articulador da instalação dos Consegs, no Governo Franco Montoro.

12 - CAIO FRANÇA

Discorre sobre obra na Ponte Pênsil, no município de São Vicente. Pede agilidade para que a reforma no local encontre seu termo com brevidade. Crítica a empreiteira responsável pela obra. Acrescenta que o logradouro favorece a mobilidade urbana e tem relevância turística. Lamenta o fechamento de estabelecimentos comerciais, em decorrência do atraso na reinauguração da ponte.

13 - CORONEL TELHADA

Solicita a suspensão da sessão até as 16 horas e 30 minutos, por acordo de lideranças.

14 - PRESIDENTE JOOJI HATO

Defere o pedido e suspende a sessão às 15h32min.

ORDEM DO DIA

15 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ

Assume a Presidência e reabre a sessão às 16h36min. Encerra a discussão, coloca em votação e declara aprovado o requerimento nº 914/15.

16 - JOOJI HATO

Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.

17 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ

Defere o pedido. Manifesta seu apoio a projetos, de autoria do deputado Jooji Hato, no âmbito da Segurança Pública. Convoça os Srs. Deputados para a sessão ordinária de 08/06, à hora regimental, sem Ordem do Dia. Levanta a sessão.

\*\*\*

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Abelardo Camarinha.

\*\*\*

O SR. PRESIDENTE - ABELARDO CAMARINHA - PSB - Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Com base nos termos da XIV Consolidação do Regimento Interno, e com a aquiescência dos líderes de bancadas presentes em plenário, está dispensada a leitura da Ata.

Convido o Sr. Deputado Coronel Telhada para, como 1º Secretário "ad hoc", proceder à leitura da matéria do Expediente.

O SR. 1º SECRETÁRIO - CORONEL TELHADA - PSDB - Procede à leitura da matéria do Expediente, publicada separadamente da sessão.

\*\*\*

- Passa-se ao

## PEQUENO EXPEDIENTE

\*\*\*

O SR. PRESIDENTE - ABELARDO CAMARINHA - PSB - Sras. e Srs. Deputados, esta Presidência, atendendo à solicitação do nobre deputado Coronel Camilo, convoca V. Exas., nos termos do Art. 18, inciso I, letra "r", da XIV Consolidação do Regimento Interno, para uma sessão solene a realizar-se no dia 26 de junho de 2015, às 10 horas, com a finalidade de homenagear o Corpo de Bombeiros.

Srs. Deputados, Sras. Deputadas, tem a palavra o primeiro orador inscrito, nobre deputado Ramalho da Construção. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Roberto Engler. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Davi Zaia. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Marcos Martins. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Coronel Camilo. (Pausa.) Tem a palavra a nobre deputada Maria Lúcia Amary. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Sebastião Santos. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Carlos Neder. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Pedro Tobias. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Roberto Morais. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Caio França. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Delegado Olim. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Itamar Borges. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Ricardo Madalena. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado João Paulo Rillo. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Edson Gíriboni. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Coronel Telhada.

O SR. CORONEL TELHADA - PSDB - Prezado Sr. Presidente, deputado Abelardo Camarinha, funcionários da Assembleia Legislativa, telespectadores da TV Assembleia, estamos aqui, nesta tarde, nesta véspera de feriado, e quero comentar uma notícia publicada na Agência Brasil, que me passaram por e-mail. É uma notícia interessante. O título é: "População carcerária do Brasil cresce 74% em sete anos". Diz o seguinte: "A população prisional no Brasil cresceu 74% entre 2005 e 2012. Em 2005, o número absoluto de presos, no país, era 296.919. Sete anos depois, passou para 515.482 presos. A população prisional masculina cresceu em 70%, enquanto a população prisional feminina cresceu 146% no mesmo período."

Para quem acha que mulher não comete crimes, Sr. Presidente, está aqui uma prova que, infelizmente, temos muitas mulheres envolvidas no crime.

"Em 2012, aproximadamente um terço da população prisional brasileira estava encarcerada em São Paulo."

Ou seja, de todos os presos do Brasil, um terço da população carcerária está em São Paulo.

"Os dados estão no estudo do Mapa do Encarceramento - Os Jovens do Brasil -, divulgado pela Secretaria-Geral da Presidência da República. O levantamento foi feito por uma pesquisadora, com base nos dados do Sistema Integrado de Informações Penitenciárias do Ministério da Justiça. Segundo o estudo, o crescimento foi impulsionado pela prisão de jovens."

Aí é que vem a malvadeza, incrível isso. Acho incrível essas notícias, porque eles divulgam um fato e aí vem a malvadeza inclusa na notícia, porque eles falam que esse aumento de presos no Brasil não foi devido ao trabalho da Polícia, não foi devido ao trabalho da Justiça, foi devido ao impulsionamento pela prisão de jovens negros e mulheres. Já vem a discriminação daí.

"Os crimes que mais motivam prisões são patrimoniais e drogas, conforme o estudo, que se somados atingem cerca de 70% das causas das prisões. Crimes contra a vida motivam 12% das prisões."

Aí é que vem a malvadeza maior dessa notícia, Sr. Presidente.

"Segundo o relatório, isso indica que o policiamento e a Justiça criminal não têm foco nos crimes mais graves, mas atuam principalmente nos crimes contra o patrimônio e nos delitos de droga."

Então, notem, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, que a notícia cita que houve um aumento na população carcerária. Isso, logicamente, que se deve graças ao trabalho da Polícia e da Justiça, sim, que estão trabalhando, mas a notícia, ao mesmo tempo querendo desmerecer o trabalho da Polícia e da Justiça, fala que a Polícia se foca somente nos crimes contra o patrimônio e as drogas, ou seja, que a Polícia não se preocupa com crimes contra a vida.

É de uma hipocrisia tal, de uma manipulação tal para desestimular o cidadão a crer no serviço da Polícia. E isso só gera o fortalecimento do crime, porque quanto menos nossa Polícia for valorizada, quanto menos confiança tivermos da população em relação à Polícia, maior fortalecimento teremos do crime organizado. Acho incrível que as pessoas não percebam isso, essa malvadeza que alguns setores procuram promover na nossa sociedade. A situação está difícil, temos que rever uma série de procedimentos. Temos que rever nossas leis; temos que rever procedimentos operacionais, mas a grande realidade é uma só: os resultados estão aqui, a população carcerária cresceu, e cresceu muito, e infelizmente, porque antes não tivéssemos tantos criminosos assim, mas temos, e a Polícia tem trabalhado, e precisa trabalhar mais ainda, porque há muita coisa a fazer.

Essa notícia quer dizer o seguinte: que a Polícia não se preocupa com os crimes contra a vida, ou seja, apesar de todo o trabalho que foi feito, ainda há um desmerecimento com relação à Polícia. Então só posso entender o seguinte: que é uma matéria hipócrita, conduzida, que quer desvalorizar o serviço das nossas Polícias em todo o estado brasileiro.

Então, aqui, quero deixar bem claro que a Polícia trabalha, sim, tem trabalhado fortemente. Os resultados estão nesse trabalho feito, mas infelizmente, como sempre, a Polícia é culpada de tudo, mesmo quando trabalha é culpada do problema. Então é uma forma muito perversa de se ver a situação; é uma forma muito hipócrita e vamos trabalhar no sentido de reverter essa triste realidade da sociedade brasileira. Vamos fazer com que o brasileiro seja culturalmente apto a entender que a segurança dele, que a liberdade de expressão dele, que a liberdade de locomoção dele se devem, principalmente, graças às ações de todas as Polícias, seja a Militar ou a Civil. Sem essas Polícias, o cidadão não teria a liberdade que tem e a democracia não existiria no Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente. O SR. PRESIDENTE - ABELARDO CAMARINHA - PSB - Tem a palavra o nobre deputado Roberto Massafera. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Adilson Rossi. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Carlos Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, público aqui presente, telespectadores da TV Assembleia, primeiramente gostaria de fazer um agradecimento aos 94 deputados que ontem contribuíram para que fosse derrubado o veto ao nosso Projeto de Lei nº 7, de 2009.

Nós aprovamos esse projeto em julho do ano passado, mas, infelizmente, ele foi vetado pelo governador Geraldo Alckmin. Esse projeto representa um grande avanço para a Educação Pública do estado de São Paulo e, sobretudo, para a inclusão de crianças com necessidades especiais de aprendizagem na rede estadual, que vive, hoje, o drama da superlotação de salas. Ontem foi um dia histórico na Assembleia Legislativa, com a participação de todos os deputados.

Quero fazer um agradecimento público ao deputado Fernando Capez, que nos ajudou muito na derrubada desse veto. Trata-se de um grande avanço no processo de inclusão de crianças com necessidades especiais de aprendizagem na Rede Pública de Ensino. Então, faço um agradecimento a todos os deputados e partidos políticos que colaboraram com a derrubada desse veto.

Dentro de alguns dias teremos a promulgação da lei pelo Poder Executivo ou até mesmo pelo Poder Legislativo.

Atualmente, o drama da superlotação de salas tem sido discutido amplamente e, inclusive, está na pauta de reivindicações da Apeoesp. O fim da superlotação de salas é um ponto central de sua pauta. Não podemos autorizar que nossas salas passem por esse drama, principalmente aquelas que têm crianças com necessidades especiais matriculadas. Estaríamos fazendo uma falsa inclusão.

Para aqueles que ainda não foram informados, o projeto diz o seguinte: quando, em uma sala de aula, houver matriculada uma criança com necessidade especial de aprendizagem, como uma criança autista ou com síndrome de Down, essa sala não poderá ter mais de 20 alunos. Deverá ter, no máximo, 20 alunos. Se a sala tiver dois alunos com necessidades especiais de aprendizagem, ela deverá ter, no máximo, 15 alunos, e sempre com a possibilidade, dependendo do tipo de necessidade especial, de contratação de um segundo professor para auxiliar o trabalho do professor titular.

Esse é o teor do projeto que, infelizmente, havia sido vetado pelo governador Geraldo Alckmin. Um verdadeiro absurdo, uma afronta, não a nós ou ao nosso mandato e não apenas aos professores, mas às famílias e às crianças e adolescentes com necessidades especiais de aprendizagem. O governador foi insensível às crianças autistas.

Temos milhares de crianças autistas matriculadas na Rede Estadual de Ensino, mas elas são obrigadas a conviver com 40, 45, 50 alunos dentro de uma sala de aula. O professor tem dificuldades para trabalhar e oferecer atendimento personalizado e até individualizado a um aluno autista ou com síndrome de Down.

É o governador havia vetado o nosso projeto; é um absurdo. Talvez ele tenha tentado nos atingir, mas acabou atingindo as crianças autistas, com síndrome de Down, com síndrome de Williams, entre tantas outras síndromes e deficiências.

O deputado Ed Thomas, que está presente, também é um grande defensor das crianças e trabalha nessa área. Vossa Excelência fez um trabalho importante aqui na Assembleia Legislativa - uma verdadeira cruzada - na época da aprovação do Plano Nacional de Educação. Vossa Excelência fez um movimento importante nessa área de defesa dessas crianças, dessas pessoas com necessidades especiais de aprendizagem. Foi isso que aprovamos ontem e os deputados sensíveis a essa causa deram uma grande contribuição, que agora será lei.

Se o governador Geraldo Alckmin não promulgar a lei em 24 horas, tenho certeza absoluta de que o deputado presidente da Assembleia Legislativa, Fernando Capez, vai promulgá-la pela Assembleia Legislativa como determina a legislação e teremos o Projeto de lei nº 07/09 transformado em lei estadual. Tenho certeza ainda, deputado Ed Thomas, de que esta lei vai repercutir também nos municípios, em outros estados e até mesmo no Ministério da Educação, uma lei que inova no campo da inclusão e que dá um passo importante no banimento da superlotação de salas na rede pública.

Fica aqui o meu agradecimento aos deputados, aos partidos; agradeço ao deputado Campos Machado, que também nos ajudou; agradeço aos professores da rede estadual. Com a aprovação deste projeto nós homenageamos todas as crianças e adolescentes da Rede Estadual de Ensino que estão nessa situação de portadores de necessidades especiais de aprendizagem.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - ABELARDO CAMARINHA - PSB - Tem a palavra o nobre deputado Celso Giglio. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Professor Auriel. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Luiz Carlos Gondim. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Jooji Hato.

O SR. JOOJI HATO - PMDB - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, telespectador da TV Assembleia, venho à tribuna falar desse empresário da área de informática assassinado na Av. Berrini, uma área comercial da zona sul.

Os esclarecimentos da Polícia foram de que o criminoso Elizer Aragão da Silva, de 46 anos, assassinou friamente por encomenda e por três mil reais o empresário Luiz Eduardo de Almeida Barreto, o que deixa a todos nós preocupados.

Em Itaquaquecetuba um casal foi sequestrado, estava entregando pão. A jovem foi assassinada friamente também por assaltantes e seu namorado tomou um tiro na cabeça e está no hospital.

Os delitos viraram uma epidemia e assolam o território nacional.

Agora no Rio de Janeiro pessoas estão usando arma branca - estiletes, punhais, facas - para assaltar. Pessoas que estão nas suas bicicletas tentando ganhar saúde de repente se veem assaltadas e o fruto do roubo, a bicicleta, vendida por 400 reais. Menores também, o que é pior. Menores com armas e nós ficamos observando isso todo dia. Todo dia assomamos à tribuna e trazemos estas notícias tristes. E o que pode ser feito?

Eu não vejo muita dificuldade para diminuímos esse índice de criminalidade. É preciso haver orientação educacional, oferecer esporte aos jovens, emprego, é preciso investir em cultura. Mas com a violência acontecendo aqui, neste país, ninguém quer vir para investir. Precisamos tomar medidas práticas para termos uma qualidade de vida que ainda não temos.

Por exemplo, fazemos leis. É a obrigação de deputados. Fiz leis para segurança, como a de colocar câmeras nos locais de maior incidência de violência. As câmeras ajudam a polícia a esclarecer determinados delitos. Com as câmeras acopladas aos radares vai ser muito mais fácil descobrir o assaltante que rouba o carro e passa na frente delas.

Todas essas leis são feitas por nós parlamentares. Agora é preciso aplicar essas leis que aprovamos nesta Casa. Aliada a isso, precisamos, além de contratar policiais, fazer blitz para desarmamento, tirar armas de marginais, adolescentes infratores que assaltam à luz do dia. Isso pode ser feito formando uma força tarefa entre as polícias, com a vontade política do Executivo e assim diminuir essa incidência que afeta direta ou indiretamente a todos nós.

Quem hoje não sai às ruas e em qualquer lugar preocupado, por exemplo, com a garupa de moto? Nós ficamos e aprovamos aqui um projeto de lei proibindo garupa de moto que assalta. Não dá para ficarmos assistindo isso todos os dias sem tomar uma medida. Então precisamos, através do Conselho de Segurança, do governo, do executivo e de todos nós ter essa força tarefa e buscar qualidade de vida.

Termino a minha fala dizendo que se as leis que aprovamos aqui fossem colocadas em prática nos ajudam a implantar a tolerância zero, aplicada em Nova Iorque, cidade que era muito mais violenta que São Paulo.

Deputado Coronel Camilo e deputado Coronel Telhada, podemos, através da Comissão de Segurança, implantar em nossa cidade a tolerância zero para bebida alcoólica, moto com garupa. Precisamos colocar câmeras, detector de metais em todas as repartições públicas para dificultar o uso das armas pelos marginais. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - ABELARDO CAMARINHA - PSB - Tem a palavra o nobre deputado Atila Jacomussi. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Ed Thomas.

O SR. ED THOMAS - PSB - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, quero cumprimentar o deputado Abelardo Camarinha na presidência, sempre prefeito da cidade de Marília, deputado federal e agora deputado estadual emprestando, com certeza, seus préstimos ao estado de São Paulo. Obrigado, deputado Camarinha, de Presidente Prudente, cidade vizinha de Marília. Temos, com certeza, numa igualdade grande ao tamanho do sol, coisa de 40 graus mesmo.

Cumprimento também as Sras. e os Srs. Deputados, todos os telespectadores da TV Assembleia e aos funcionários da Casa a minha gratidão pelo que fazem pelo meu mandato e a de todos.